

## A trapalhada orçamentária

Todo administrador, ou até mesmo um jovem estudante que pretenda ingressar no serviço público federal, sabe que a proposta orçamentária da União do ano seguinte precisa estar pronta para ser encaminhada pelo governo ao Congresso até o dia 31 de agosto do exercício em curso.

Os integrantes do governo Temer, no entanto, parecem ter esquecido dessa corriqueira determinação constitucional. Na semana passada, apresentaram à Nação um projeto de orçamento para 2018 que é uma peça de ficção. É ficção porque todos sabem que a proposta não servirá para absolutamente nada, pois foi elaborada com base em uma meta fiscal superada e sem as receitas previstas no pacote anunciado no dia 16 de agosto.

Os deputados e senadores não perderão tempo com a análise do projeto, pois já foi anunciado que, em breve, o governo encaminhará uma mensagem modificativa com o Orçamento que valerá para 2018.

A burocracia estatal gastou tempo e esforço e terá agora trabalho dobrado para elaboração da peça orçamentária que deve ser analisada.

A imprevidência das autoridades está registrada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), válida para 2018, já tinha sido aprovada e sancionada pelo presidente Michel Temer quando a equipe econômica conclui que não será possível cumprir a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) prevista para este ano e de R\$ 129 bilhões para o próximo.

A razão para isso é a queda continuada da

arrecadação federal, agravada pela incapacidade de o governo Temer comandar sua base política no Congresso, impedindo que os parlamentares aprovem um perdão quase completo para os devedores do fisco, que querem pagar os débitos sem multas e juros.

Somente no dia 16 de agosto - quinze dias antes do prazo fatal para o envio da proposta orçamentária - o governo decidiu rever a meta fiscal. A trajetória negativa da receita já era evidente há algum tempo e a impossibilidade de cumprir a meta também. Principalmente porque, para alcançar o objetivo fiscal, o governo foi obrigado a fazer cortes exagerados nas despesas, ameaçando, com isso, a execução de alguns serviços públicos. A intensidade do corte é insustentável, diante da grita generalizada dos ministérios.

Mas não foi anunciado apenas o aumento do déficit em R\$ 20 bilhões para 2017 e em R\$ 30 bilhões para 2018. O governo divulgou também um pacote de medidas, com o objetivo de elevar a receita da União. Medidas que estão, é importante que se diga, na direção correta.

Foi dado ao Congresso, portanto, um prazo de quinze dias para analisar e aprovar a mudança nas metas fiscais. A rigor, o prazo era bem inferior a isso, pois o projeto de lei com as alterações, depois de aprovado, teria que ser sancionado pelo presidente Temer. Só assim a proposta orçamentária de 2018 poderia ser elaborada com base na nova previsão de déficit primário.

Como era de se esperar, o Congresso não conseguiu aprovar a mudança antes da conclusão do projeto de lei do Orçamento. Parte da base parlamentar de Temer preferiu ir dormir do que ficar no plenário da Câmara





dos Deputados, onde foi realizada a sessão, até a conclusão das votações, que ocorreu na madrugada da quinta-feira. Um senador foi tirado de casa, quando já estava de pijama. A desarticulação da base foi tão intensa que o presidente do Congresso, Eunício Oliveira (PMDB-CE), chegou a dizer que não era líder do governo e, portanto, não podia sair atrás dos parlamentares para garantir o quórum necessário às votações.

A trapalhada orçamentária não parou por aí. Apenas uma medida do pacote anunciado no dia 16 de agosto tinha sido adotada antes da elaboração da proposta orçamentária. Estavam paradas na Casa Civil as minutas de pelo menos três medidas provisórias e de vários projetos de lei para serem submetidos ao presidente Michel Temer.

Temer preferiu viajar para a China sem assinar nada. Deixou a atribuição ao presidente em exercício Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também é o presidente da Câmara dos Deputados. As informações disponíveis são de que Maia se recusou a assinar os atos, pois considerou que algumas decisões "cabem exclusivamente ao presidente da República". O deputado carioca certamente esqueceu o cargo que estava ocupando.

Como não existiam, as MPs e os projetos de lei não foram considerados na proposta orçamentária. A sorte é que a trapalhada terá pouca repercussão na vida do país. É apenas mais um desgaste do governo Temer.

## Proposta vitaminada



Na ponta do lápis. Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, conversa com deputado Arthur Lira (PP-AL), hoje líder do partido e que preside a Comissão de Orçamento

*Apesar da crise fiscal, Planalto infla previsão para despesas dos partidos em ano eleitoral*

EDUARDO BRESCIANI  
E CRISTIANE JUNGBLUT

BRASÍLIA - No momento em que tem dificuldades para fechar as contas, o governo decidiu inflar os recursos destinados ao fundo partidário em 2018, ano eleitoral. A proposta apresentada dentro do Orçamento é de R\$ 888,7 milhões, quase três vezes superior à sugerida pela administração Michel Temer para 2017. Tradicionalmente, é o Congresso que aumenta o valor, mas desta vez o Planalto já se antecipou. A ampliação da verba destinada aos partidos ocorre no momento em que

deputados e senadores discutem no âmbito da reforma política o financiamento das campanhas do próximo ano.

Ao optar por esse caminho, o Planalto evita o desgaste para os parlamentares. Interlocutores do governo que participaram das negociações afirmam que este ano o acerto político foi de enviar já o valor “real”. O discurso é de que a lógica de elaboração do Orçamento mudou com a promulgação da PEC do Teto, que fixa um limite para os gastos, e que é preciso já enviar ao Congresso uma proposta que não seja inflada posteriormente. — O Fundo Partidário não pode ser retido por contingenciamento. Antes, a gente crescia o valor com o crescimento

da receita total do governo, sempre em torno de R\$ 20 bilhões. Mas agora, a lógica mudou. Com o teto, o Orçamento não terá mais criação de receita.

E o governo mandou o valor acordado. Não é o teto, é o valor real que custa o funcionamento dos partidos — disse um líder governista que participou das negociações, na condição do anonimato. O fundo partidário existe para garantir a estrutura de funcionamento das legendas. Os recursos devem ser destinados para manutenção de escritórios nos estados, pagamentos de funcionários e sustentar fundações para promover o debate político. Mas a legislação permite também a aplicação deste dinheiro nas campanhas, uso que deve ser ampliado depois de as doações de empresas terem sido proibidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os recursos são divididos de acordo com as bancadas dos partidos na Câmara.

“CONGRESSO SEMPRE FICAVA COM A PARTE RUIM”

O dinheiro destinado aos partidos subiu de patamar a partir do Orçamento de 2015, quando o hoje líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), praticamente triplicou as verbas em seu relatório. Isso se repetiu dali em diante. Para 2017, por exemplo, a gestão Temer propôs R\$ 309,2 milhões para o





fundo, e o Congresso subiu para R\$ 819,1 milhões. Para o próximo ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mudou as regras e já fixou um valor máximo. O governo, então, decidiu já mandá-lo de início, mesmo com o aperto nas contas públicas. O líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira (AL), disse que, pelo menos, o desgaste de arranjar a verba não sobrar para o relator do Orçamento de 2018, deputado Cacá Leão (PP-BA).

— O Congresso sempre ficava com a parte ruim (de ter que aumentar o fundo partidário). Agora, deixa o governo fazer o correto — disse Lira, que presidia a Comissão de Orçamento até 2016. Deputados da oposição, porém, veem na medida mais uma forma de o governo agradar aliados. — Em um momento de grave crise fiscal, em que Temer corta recursos de diversas áreas, essa generosidade causaria surpresa se não soubéssemos sua verdadeira razão: garantir votos na Câmara para impedir a aceitação da denúncia

enviada pelo Ministério Público ao Supremo — afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). O debate sobre financiamento das campanhas está emperrado.

Em votação no mês passado, os deputados já decidiram que não haverá um valor previsto na Constituição para este novo fundo eleitoral, que enfrenta dificuldade para ser aprovado. Desconhecendo a limitação do valor que consta na LDO, alguns parlamentares começavam a articular a ampliação do fundo partidário para valores bilionários. Para isso, seria necessário alterar o texto da lei para permitir uma extrapolação ainda maior. — A gente ainda não começou a fazer o diálogo, porque tem de fazer após o encerramento da reforma. Vai ser um processo de muito diálogo. É o primeiro Orçamento da PEC do Teto, e a gente vive uma crise fiscal. Da minha parte, haverá bastante responsabilidade — disse o relator Cacá Leão.



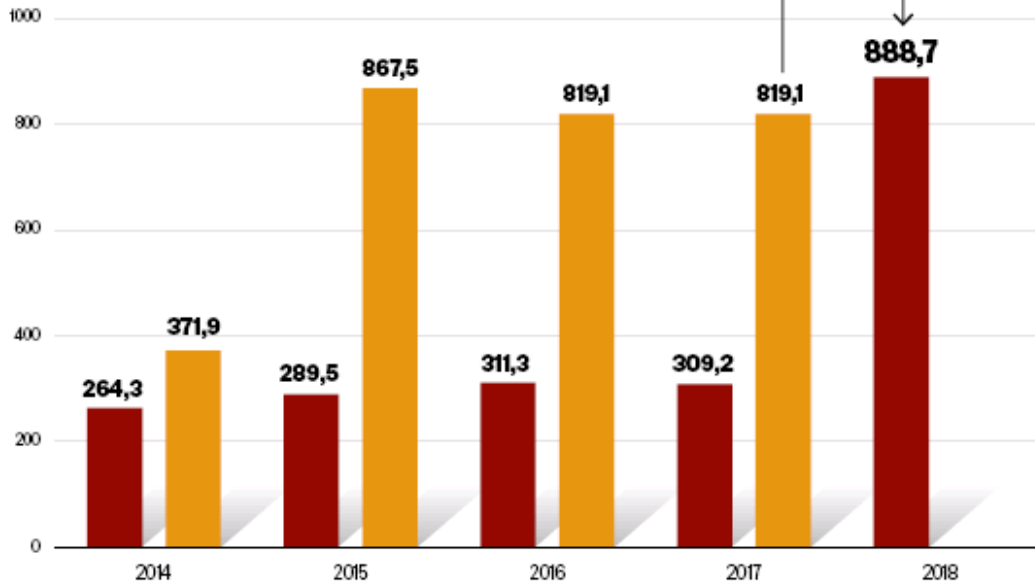


## RECURSOS PARA OS PARTIDOS

**PROJETO ORIGINAL**  
(EM R\$ MILHÕES)

**COMO SAI DO CONGRESSO**  
(EM R\$ MILHÕES)

A proposta apresentada pelo governo é 8,4% maior do que o valor aprovado pelo Congresso para este ano



Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

## Contexto - Impasse na semana decisiva para votação da reforma política

*Parte das legendas sinaliza que só analisa fim das coligações partidárias se houver acordo para aprovação de distritão e fundo público para financiar eleições*

Com o trabalho parlamentar encurtado pelo feriado prolongado da Independência, esta semana será decisiva para a reforma política. Presidente em exercício da Câmara, André Fufuca (PPMA) convocou sessão para hoje, mas a expectativa é de que a votação das propostas comecem somente amanhã ou na quarta-feira. Para que as mudanças sejam válidas já a partir das eleições de 2018, o prazo máximo para a aprovação é o dia 7 de outubro, um ano antes do pleito. Depois de idas e vindas, a aposta é colocar em votação a proposta de emenda constitucional (PEC), relatada pela deputada Shéridan (PSDBRR), que prevê o fim das coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores e a instituição da cláusula de barreira.

Esse texto teve quase unanimidade na comissão especial que a aprovou. O problema é que alguns partidos se recusam em votá-la sem que haja acordo para aprovar a outra PEC da reforma, relatada por Vicente Cândido (PT-SP). O texto cria um fundo público para financiar o pleito e altera o sistema

de eleição de deputados e vereadores para o chamado distritão, no qual o voto é majoritário e os mais votados são eleitos, sem levar em consideração as alianças partidárias. — A gente não pode deixar que um tema se sobreponha ao outro. Eu entendo a mobilização dos partidos para defenderem sua sobrevivência, mas a gente tem que ter muita responsabilidade — pontua Shéridan. PP, PMDB, DEM e PSD defendem o distritão. Juntos, somam 174 votos, abaixo do necessário para aprovar a matéria. Na contramão, PR e PRB querem manter o atual modelo, que prevê as coligações, o quociente eleitoral e os puxadores de legenda.

A razão é óbvia. Com filiados como Tiririca (PR-SP) e Celso Russomanno (PRB-SP), essas siglas conseguem engordar suas bancadas às custas de nomes que arregimentam votos aos milhões. Somados, os dois partidos têm 60 votos, o que torna complexa a conquista de maioria na votação. Mas os partidos não têm consenso sobre todos os pontos, nem da PEC relatada por Shéridan tampouco da PEC relatada por Vicente Cândido. Por isso, a partir de hoje, os líderes dos partidos farão uma série de reuniões para tentar salvar a reforma política. A ideia é, ao menos, votar algo na sessão de amanhã. O fundo

público, por outro lado, é uma bandeira cativa do PT e conta com o apoio do PP. Os demais partidos até querem, mas temem se expor em encampar tema tão polêmico em tempos de crises ética, econômica e política. As duas legendas têm 103 votos no total.

Em outra frente, os pequenos partidos estão unidos contra o fim das coligações por saberem que, sozinhos, não conseguem se sustentar. — A minha impressão é de que a cada dia há menos chance de aprovarmos alguma coisa. Na hora de negociar o sistema eleitoral, cada partido pensa na melhor maneira de se beneficiar. Aí, a conta não fecha. Está bem difícil achar uma solução, mas temos que tentar — ponderou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Deputados temem que, se o Congresso não votar a reforma, o Judiciário decida em seu lugar, como já fez ao proibir as doações eleitorais de empresas. Hoje à noite, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que exerce interinamente a Presidência da República, vai promover um jantar com os líderes dos partidos e tentar desatar os muitos nós que impedem o andamento do debate. Maia retorna à Casa após o presidente Michel Temer voltar, na quarta, de sua visita oficial à China. (Catarina Alencastro)

## Trajetória insustentável

*Sem reforma da Previdência, gastos obrigatórios consumirão 101% do Orçamento em 2022*

MARTHABECK

BRASÍLIA- Sem as reformas da Previdência e das carreiras do funcionalismo, as despesas obrigatórias vão ultrapassar 100% do Orçamento já em 2022. Estimativas feitas pelo Ministério do Planejamento mostram que os gastos que o governo não pode cortar (como aqueles com benefícios previdenciários, pessoal, abono e seguro desemprego) saltarão de 91,8% em 2017 para 101,4% em 2022. Isso significa que a equipe econômica não terá margem para fazer investimentos e ainda precisará cortar o Orçamento para conseguir fechar suas contas. De acordo com as projeções do Planejamento, as despesas discricionárias (essencialmente os investimentos), que já são pequenas, serão reduzidas gradualmente. Elas passarão de 8,2% em 2017 para 2,1% em 2021.

Em 2022, esse percentual fica negativo, em 1,4%, para poder abrir espaço para as despesas obrigatórias. “A elevada participação da despesa obrigatória no orçamento tornou-se insustentável, pois seu crescimento pode colapsar a manutenção de órgãos e serviços, além do investimento público”,

alertou o secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, em apresentação feita durante o seminário Crise Fiscal e seus Impactos sobre a Sociedade, organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

### GOVERNO JÁ SACRIFICA O PAC

Com arrecadação em queda e despesas engessadas, o governo já teve que propor uma ampliação do rombo das contas públicas em 2017 e 2018 e sacrificar ainda mais seu principal programa de investimentos, o PAC. Este ano, por exemplo, o Orçamento já foi contingenciado em R\$ 45 bilhões. A Lei Orçamentária de 2017 previa um desembolso de R\$ 36 bilhões para o programa. Mas, com os cortes de gastos, ele está agora abaixo de R\$ 20 bilhões. Já para 2018, o governo enviou ao Congresso na semana passada o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) prevendo apenas R\$ 1,9 bilhão para o PAC. Os números do programa, no entanto, devem subir depois que o Congresso concluir a votação do projeto que altera as metas fiscais de 2017 e 2018 para um déficit primário de R\$ 159 bilhões.

O texto-base foi aprovado pelos parlamentares na madrugada da

última quinta-feira, mas ficaram faltando dois destaques para a votação ser concluída. Segundo os técnicos da equipe econômica, quando os rombos forem elevados, será revertida uma parte do contingenciamento deste ano (cerca de R\$ 10 bilhões), e a previsão do PAC para o ano que vem vai ser elevada. O Congresso deve concluir amanhã a apreciação do projeto. Já a agenda de reformas que o governo defende para tentar resolver o problema fiscal a longo prazo tem uma perspectiva cada vez menor de avançar.

A tramitação da reforma da Previdência, por exemplo, está parada no Congresso, e os líderes dos partidos aliados já dizem, nos bastidores, que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda as regras para a aposentadoria tem poucas chances de voltar à pauta, uma vez que o calendário eleitoral de 2018 já contaminou os debates no parlamento. Para os servidores, o governo apresentou uma série de medidas de contenção de gastos. Entre as principais mudanças estão o adiamento, por um ano, do reajuste programado para diversas categorias em 2018 e o aumento da alíquota de contribuição previdenciária. Também está nos planos uma reestruturação de carreiras. Tudo isso também precisa de aval do Congresso.





## MUDANÇAS PARA O FUNCIONALISMO

O plano pode fazer com que os servidores passem a levar até 30 anos para atingir os salários mais altos. Segundo dados do Ministério do Planejamento, uma pessoa começa hoje a carreira de gestor governamental com um salário inicial de R\$ 16.933,64. Em apenas seis anos, os vencimentos desse servidor podem atingir R\$ 20.521,98. O topo da carreira chega aos 13 anos de serviço: R\$ 24.142,66. Já pelo programa proposto, o salário inicial seria bem mais baixo, de R\$ 5 mil, e só seria possível atingir o salário mais elevado depois de 30 anos. A graduação seria mais lenta, e o salário de R\$ 20.521,98 só seria obtido após um período de 23 anos. A expectativa, com essa medida, é proporcionar aos cofres públicos uma economia de R\$ 18,6 bilhões em cinco anos.

Além de conter gastos, o governo tem pela frente o desafio de recuperar a arrecadação, que está em queda

livre. A recessão já vinha derrubando o recolhimento de impostos e contribuições desde 2014, e o governo ainda teve de enfrentar este ano o efeito da redução dos índices de preços sobre a arrecadação. Isso sem falar numa contribuição cada vez menor dos setores industrial e financeiro para os cofres públicos. Em sua apresentação no Ibre, o secretário do Planejamento mostrou que a participação do setor industrial na arrecadação encolheu 5,54% no período 2015-2016 em relação a 2011-2012.

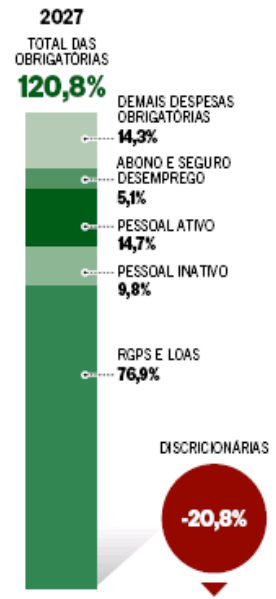
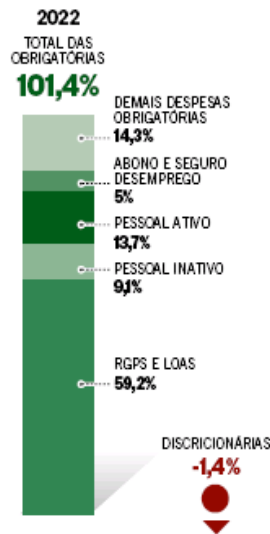
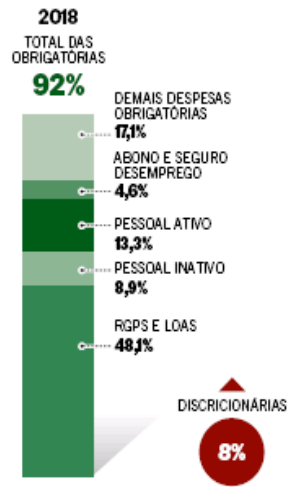
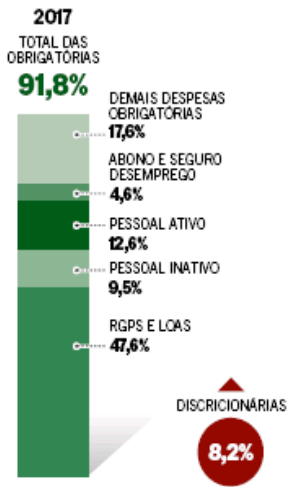
Ela caiu de 39,74% para 34,2%. A indústria também encolheu sua fatia no Produto Interno Bruto (PIB) em 4,8%. Já o segmento de serviços, que é menos tributado, ocupou o espaço da indústria na arrecadação e também mostrou mais dinamismo no PIB. A participação desse segmento na arrecadação cresceu 5,54% no período 2015-2016 em relação a 2011-2012. No PIB, ela cresceu 4,6% na mesma comparação.







## COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS



Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

## A influente 'pastinha azul' do líder Jucá

Ainda chamado de ministro, senador é o mentor de propostas como a do fundo público eleitoral

Felipe Frazão  
Thiago Faria / BRASÍLIA

Há um ano e três meses, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciava o fim de sua breve passagem pela cadeira de ministro do Planejamento no governo Michel Temer. Gravado costurando uma forma de "estancar a sangria" causada pela Operação Lava Jato, não durou duas semanas no cargo. Correndo pelos corredores do Congresso, Jucá usou um eufemismo para confirmar sua demissão: seria uma "licença", um afastamento. A exoneração não tardou. Mas o afastamento nunca veio. Espécie de eminência parda na gestão Temer, Jucá, atual líder do governo no Senado, ainda é chamado de ministro por parlamentares de vários partidos – e não pela deferência de tratamento, mas por ato falho mesmo. Afinal, dizem, o atual ministro era assessor de Jucá, que manteve sua influência direta sobre o economista Dyogo Oliveira – que permaneceu como interino por quase um ano.

E ainda espalhou seus tentáculos por outras áreas enquanto inquéritos (14) e

denúncias (3) no Supremo Tribunal Federal se ampliaram. São dele, por exemplo, algumas das principais ideias em debate na reforma política. Dois dos principais deputados envolvidos nas discussões, Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) e Vicente Cândido (PT-SP), que comandaram os trabalhos na comissão especial, confirmam a influência de Jucá. O senador quase emplacou a extensão da imunidade criminal do presidente da República aos demais integrantes da linha sucessória, os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo. "O Romero tinha uma reforma política na pasta, com vários temas. Esse era um deles", disse Cândido sobre a adoção de um artigo que pretendia blindar os chefes do Legislativo – depois abandonada. No início do ano, Jucá havia proposto e recuado de uma PEC idêntica, mas negou tentativas de proteger aliados contra a Lava Jato.

Na "pastinha azul" do senador havia ao menos outros dois projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que foram incorporadas ao texto do relator. Também era do senador a ideia de custear o fundo público de campanha com R\$ 3,6 bilhões a partir de recursos das emendas parlamentares e de acabar com

programas partidários nos anos ímpares, que não têm campanha, para derrubar as compensações fiscais de rádio e TV. "Isso estava num texto dele, um rascunho, e as isenções de rádio e TV foram só verbalizadas, mas o Eunício defendeu também", afirmou Cândido. Jucá atuou como um intermediador das propostas discutidas na comissão especial da reforma política, formada por deputados. Cabia a ele checar a viabilidade, no Senado e na área econômica do governo, das ideias formuladas ou adaptadas na Câmara.

Teve o aval do senador peemedebista ainda o texto que vinculava o montante do fundo público a 0,5% da receita corrente líquida, recursos do Tesouro, depois retirada pelo plenário da Câmara por causa da repercussão negativa. Para boa parte dos deputados da base governista, Jucá tem avançado em todas as áreas do governo, deixando rastros nem sempre identificáveis a quem não transita nos bastidores do poder. O líder do governo circula quase sempre com andar apressado pelos corredores, num ritmo ligeiro semelhante ao de marcha atlética, difícil de acompanhar, driblando jornalistas e parlamentares entre uma audiência e outra nos ministérios, no Planalto e em seu





gabinete. Em apenas um dia da semana passada, contabilizou 13 km e mais de 6 mil passos entre reuniões no Congresso e nos ministérios. Os números são computados por meio de um aplicativo de celular com informações do seu smartwatch.

Raras são as vezes em que participa de uma sessão de debates do início ao fim. Cabe aos assessores de seu gabinete correr para alertá-lo de alguma votação nominal importante, o que provoca a correria do parlamentar para dar seu voto. Recentemente, deixou apressado o plenário para votar numa sessão do Conselho de Ética do Senado, quando se pretendia punir senadoras da oposição que atrasaram a votação da reforma trabalhista. Ficou menos de quatro minutos na sessão. Um senador da base aliada disse, reservadamente, que o governo anda desarticulado porque Jucá, assoberbado, apesar de "muito trabalhador e inteligente", não tem dado atenção

às votações do plenário.

Para o aliado, "nem Jesus Cristo" daria conta de "acumular a presidência do PMDB, a Casa Civil, o Planejamento, a Fazenda, a liderança do governo, as questões pessoais e ainda o Estado de Roraima". Na votação sobre a mudança da meta fiscal, não foram poucas as vezes em que o presidente do Congresso, Eunício Oliveira (PMDB-CE), cobrou a atuação do líder. "Não cabe ao presidente do Congresso correr atrás de senador para votar. Isso é função do líder do governo", repetia sempre que a oposição ameaçava derrubar a sessão por falta de quórum.

Senador afirma estar 'em dia' com função na Casa

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que muitas vezes não se envolve em alguns assuntos na Casa para "evitar ciúmeiras". Ele disse estar "em

dia" com a função de líder do governo. "O Senado está em dia com tudo." Um aliado próximo afirma que, se pudesse, Jucá preferia não acumular tantas funções, mas o momento do governo pede alguém com suas características. Ele cita como exemplo a presidência do PMDB e diz que, sem o "pulso firme" de Jucá, Temer perderia o controle do partido.

Enquanto isso, o senador segue se desdobrando para manter o protagonismo. Há cerca de dez dias, por exemplo, deixou uma reunião no Senado e foi até a Câmara para vistoriar um auditório onde pretende realizar a convenção do partido no fim do mês. Detalhista, quis saber onde seriam posicionados banners, púlpito e convidados. No caminho, gritava ao telefone contra o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE). "Não posso também fazer a função dele", repetia ao interlocutor. / F.F. e T.F.

## Reportagem Especial - 'Alguns sem luz'

# Nos rincões do Brasil, o apagão do Luz para Todos

Com restrições no Orçamento, programa criado para iluminar todas as casas do País gastou apenas 21% do R\$ 1,2 bilhão previsto para este ano em novas ligações

André Borges

Da porta de casa para fora, dona Luzia Alves de Souza enxerga as promessas do progresso. A poucos quilômetros do terreno onde vive com o marido Celso Silva Guimarães, no interior de Crixás do Tocantins (TO), as terras já foram rasgadas pelos trilhos da Ferrovia Norte-Sul, a “revolução logística” que vai mudar a cara do País. Quando olha para o céu, dona Luzia vê os imensos cabos da linha de transmissão de Belo Monte, a rede amazônica que saiu do Xingu para cortar as beiras de sua chácara e seguir rumo ao Sudeste para iluminar “os grandes mercados consumidores”. Da porta de casa para dentro, porém, dona Luiza volta para o início do século 19. Sem luz. Há cerca de dez anos, a família de agricultores aguarda a chegada da energia elétrica.

Sem ânimo, a lavradora aposentada repete o que já virou uma ladainha entre as milhares de pessoas que vivem nessa parte central do Tocantins, no peito do

Brasil, dando conta de que, após anos de cadastros preenchidos e espera pela luz, nada ocorreu. “O que vi por aqui foi muita gente desistir e ir embora. A vida no escuro é difícil, o senhor não faz ideia”, diz dona Luzia. A promessa mais recente de que a energia chegará foi renovada há duas semanas, com a visita da empresa elétrica responsável pelas instalações na região. Passaram pelas ruas e casas, falaram com os moradores, mediram distâncias e foram embora. Luzia duvida. O ritmo que as ligações do Programa Luz Para Todos passaram a ter neste ano sugere uma boa chance de nova frustração.

Os cortes generalizados feito no Orçamento federal atingiram em cheio o programa social criado em 2003, com o propósito de levar luz para os rincões do País. Previa-se que R\$ 1,172 bilhão seria injetado em novas ligações de luz neste ano. Só no Tocantins, uma lista de 34 municípios foi anunciada em março, com previsão de que 6 mil propriedades rurais do Estado receberiam energia. Os projetos, porém, ficaram quase que paralisados no primeiro semestre em todo o País. Entre janeiro e maio, apurou o Estado, somente R\$ 75,9 milhões foram de fato investidos no programa em ações nacionais, o equivalente a apenas

6,5% do previsto para 2017.

Os desembolsos aumentaram entre junho e julho, diz o Ministério de Minas e Energia, e chegaram a R\$ 252 milhões. Ainda assim, trata-se de 21% do orçamento anual em sete meses de execução. Dificuldade. Sem energia, o agricultor Márcio Rodrigo, 33 anos, tem encarado todo tipo de dificuldade para tocar uma plantação de melancia nos fundos de sua casa, na Associação Boa Sorte, uma agrovila financiada pelo Banco do Brasil dez anos atrás, nos arredores de Crixás. Um total de 34 famílias vive na área da associação: “É uma agonia. Temos uma caixa d’água já instalada, mas a bomba não pode mandar a água porque não tem energia. Dependemos dos poços artesianos. Já perdi muita plantação por falta d’água, mas a gente espera que isso mude logo.”

Entre os cidadãos crixaienses ameaçados pela falta de dinheiro do Luz Para Todos estão até mesmo famílias de políticos locais. A aposentada Jaci Guilherme da Costa, de 57 anos, diz que nunca viveu numa casa com energia, mas hoje deposita suas esperanças nas articulações do filho, Valmir Guilherme da Costa, de 27 anos, o “Valmir da Saúde”. Nas eleições de 2016 realizadas no município





de 1,8 mil habitantes, Valmir foi eleito para uma cadeira da Câmara ao receber 75 votos. Apesar de carregar a “saúde” no nome, o vereador tem sido reconhecido na região pelas tentativas de trazer a eletricidade para Crixás do Tocantins. “Passei toda minha vida morando em casa sem energia, mas tenho fé que isso vai mudar agora”, diz dona Jaci, que guarda carnes fritas em uma lata com banha de porco para não perder o alimento. “Sempre foi assim. A gente tem que conservar as coisas do jeito que puder.”

Criado em novembro de 2003 por meio de um decreto, o Luz Para Todos já atendeu 3,359 milhões de famílias – cerca de 16,1 milhões de pessoas que vivem no meio rural em todo País. No fim de 2014, o programa foi prorrogado até dezembro de 2018. Até o mês passado, recebeu um total de R\$ 23 bilhões em recursos. “Falta atender a gente”, diz o secretário de agricultura de Crixás, Eduardo Munhoz, que não sabe explicar por que as ligações de energia têm demorado tanto. “A informação do que está acontecendo a gente não tem. O jeito é esperar. Infelizmente, não conseguimos resolver com recursos próprios.”

#### LINHÃO LEVA PARALONGE

#### LUZ QUE REGIÃO NÃO TEM

A energia ainda não circula entre os interruptores das casas da zona rural de municípios tocantinenses como Abreulândia, Crixás, Dueré, Figueirópolis e Santa Rita do Tocantins. Cada uma dessas cidades, porém, já teve a paisagem do cerrado invadida por torres imensas de linhas de transmissão. Os cabos reluzentes, ainda sem uso, foram instalados meses atrás, quando um grupo chinês se embrenhou na região para erguer parte da linha de 2,1 mil km de Belo Monte, rede que vai ligar Vitória do Xingu, no Pará, a Ibiraci, em Minas Gerais. Como o plano de construção da rede é passar direto pelos Estados do traçado, levando energia ao Sudeste, nenhum watt das turbinas de Belo Monte vai descer até as casas da região quando a linha for acionada, no início de 2018.

“A gente fica olhando isso, sem conseguir entender. É muito descaso do poder público”, diz Regina da Silva Pereira, moradora de Crixás que, quando anoitece, tem recorrido à bateria do carro para levar alguma luz para dentro de casa. Pelo interior da escura Crixás e de outros 21 municípios de Tocantins, passa a linha de

transmissão mais moderna do Brasil, com uma tecnologia inédita que será usada pelo setor elétrico. Os especialistas dizem que o maior benefício da rede de “ultra-alta tensão”, de 800 kilovolts (kv), é fazer o transporte de energia com o menor volume de perda possível. O entusiasmo que marcou o início do projeto em 2015 trouxe o primeiroministro da China, Li Keqiang, ao País para lançar “a pedra fundamental de uma das maiores obras do Brasil para ampliar o sistema elétrico”, com investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões.

Para que essa energia de Belo Monte chegue um dia às casas do interior de Tocantins, será preciso que, antes, passe por cima delas e siga direto para o Sudeste. Só lá será despejada no sistema nacional de transmissão, retornando para o interior do Estado por meio de redes de menor porte. “Uma hora ela chega para nós. Tem de chegar”, diz o agricultor Manoel Ferreira da Cruz, de 56 anos, ao lado da mulher, Maria de Fátima, indignada com a demora da eletricidade. “O pessoal vai lá e fala que este ano vem a energia. E nada. A gente está precisando mesmo, moço, porque o trem tá feio.”

## R\$ 2 milhões para festa na Esplanada

Em meio ao imbróglio político, as contas públicas continuam em frangalhos e o governo federal não poupou recursos para a tradicional festa de Sete de Setembro na Esplanada dos Ministérios. O valor estimado a ser pago pela Presidência da República à empresa contratada para organizar o desfile e atender os convidados é de quase R\$ 2 milhões. Apesar dos desfiles militares, a tesourada atingiu em cheio o Ministério da Defesa, com impacto nos projetos estratégicos das Forças Armadas.

O contingenciamento travou 43% dos recursos da pasta em relação à previsão inicial, mas, para a festa, há dinheiro. Não à toa, pesquisa da Ong Contas Abertas revela que apenas a Presidência e o Ministério de Minas e Energia tiveram aumento nas despesas discricionárias no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2016, de 9,3% e 1,4%, respectivamente. Os demais órgãos sofreram cortes.

O valor previsto para o Ministério da Defesa na Lei Orçamentária Anual de 2017 é de R\$ 92,3 bilhões, dos quais R\$ 9,4 bilhões se referem

a investimentos, sendo R\$ 6,4 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 5,7 bilhões para custeio. “Para o PAC, há um contingenciamento de R\$ 3,1 bilhões. A restrição para os demais programas e custeio é de R\$ 3,5 bilhões, considerado o contingenciamento adicional ocorrido em julho”, informa a assessoria do ministério.

Na opinião de Raul Velloso, especialista em contas públicas, mesmo que o gasto com a festa não seja tão expressivo diante do rombo fiscal, o governo deveria fazer ajustes. “Como a situação é de penúria, é preciso buscar soluções baratas para tudo. Algum esforço deve ter”, avalia. O professor de Administração Pública José Matias-Pereira compartilha da opinião. “O governo tem de dar bons exemplos, inclusive, nas pequenas coisas. Se estamos em crise, a economia vale para todos”, afirma. “O problema é sério nas contas públicas. É fundamental que o governo feche todas as torneiras, as pequenas, médias e as grandes, porque é a soma disso tudo que levou ao déficit projetado de R\$ 159 bilhões”, acrescenta Matias-Pereira.